



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2019.0001078129**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1134697-73.2016.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ROSELI DE SOUSA PEREIRA (INTERDITO(A)), é apelada VIAÇÃO GATO PRETO LTDA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIZ EURICO (Presidente), MARIO A. SILVEIRA E SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA.

São Paulo, 18 de dezembro de 2019.

**LUIZ EURICO**

**Relator**

Assinatura Eletrônica

***APELAÇÃO CÍVEL Nº 1134697-73.2016.8.26.0100***

***APELANTE: ROSELI DE SOUZA PEREIRA***

***APELADO: VIAÇÃO GATO PRETO LTDA***

***ORIGEM: COMARCA DE SÃO PAULO - 38ª VARA CÍVEL  
CENTRAL***

***RELATOR: Des. LUIZ EURICO***

***VOTO Nº40439***

ACIDENTE DE VEÍCULO –  
ATROPELAMENTO - AÇÃO DE  
INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS  
E MORAIS IMPROCEDENTE – CULPA  
EXCLUSIVA DA VITIMA – TRAVESSIA  
EM SEMÁFORO DESFAVORÁVEL –  
ATROPELAMENTO EM FAIXA  
EXCLUSIVA DE ÔNIBUS – ARTIGO 373,  
INCISO I, DO CPC - AUSÊNCIA DE  
PROVAS PARA FUNDAMENTAR O  
PLEITO DA APELANTE – APELAÇÃO  
NÃO PROVIDA

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais em decorrência de acidente de trânsito, na qual foi proferida a r. sentença de fls. 1012/1015, cujo relatório fica aqui incorporado, que julgou improcedente a demanda.

Inconformada com a solução de primeiro grau, apela a autora a esta Corte (fls. 1020/1040).

Sustenta, em síntese, que restou caracterizada a responsabilidade da empresa requerida pela ocorrência do acidente, porquanto a motorista da empresa *Viação Gato Preto Ltda* atropelou autora, quando esta fazia a travessia na via pública na faixa de pedestres. Reitera, assim, os

termos da inicial, pleiteando a reforma do julgado e procedência da demanda, entendendo que esta caracterizado o dano moral, já que ficou comprovada a ocorrência de traumas e fortes dissabores decorrentes do atropelamento, existindo, portanto, direito a indenização material e moral.

Recurso regularmente processado, com contrariedade a fls. 1046/1056, subindo os autos a esta Corte.

*É o relatório.*

Trata-se de acidente de trânsito ocorrido no dia 20 de março de 2015, por volta das 14 horas, no qual, segundo narrativa da Apelante, ao atravessar a Rua da Consolação, foi atropelada e arrastada pelo ônibus da empresa requerida, sofreu vários ferimentos e várias sequelas físicas que a tornaram impossibilitada para o exercício de suas atividades habituais.

Sendo incontroversa a ocorrência do acidente, divergem as partes quanto à responsabilidade pelo evento.

Ocorre que não há nos autos elementos suficientes a embasar a procedência do pedido da Apelante, porquanto inexistem provas a ensejar a demonstração da culpa do motorista da empresa requerida na dinâmica do acidente, e, por conseguinte, a responsabilidade do Apelado pelos prejuízos alegados.

Ao contrário disso, ao que tudo indica, houve culpa exclusiva da vítima.

Nesse sentido, há demonstração nos autos pelo relato da testemunha, condutor do ônibus que transitava pelo outro lado da via, que a autora atravessou a via

pública com semáforo desfavorável a ela e favorável aos veículos, bem como que o trânsito estava parado no momento dos fatos, mas o corredor exclusivo de ônibus estava livre.

Portanto, restou claro que, se aproveitando do momento em que trânsito impossibilitava o tráfego dos demais veículos, a autora iniciou a travessia com o semáforo desfavorável aos pedestres e ingressou na via exclusiva de ônibus sem o mínimo de cautela e acabou sendo colhida pelo coletivo.

Além disso, as fotografias apresentadas obtidas da via no dia em que ocorreram os fatos (fls. 873/882) são elucidativas quanto à dinâmica do acidente, demonstrando a ausência de cautela da vítima na realização da travessia e não demonstrando a alegada culpa do condutor do coletivo de forma cabal.

Conforme mencionado pelo magistrado, *“restou incontroverso, de acordo com a mídia, que o sinal estava fechado para a autora, reitera-se, ela fez sinal de parada para os carros, que conseguiram frear devido ao trânsito que estava lento. O corredor de ônibus, ao contrário, estava livre. Não foi comprovada, pela autora, a culpa da requerida no acidente que se lamenta; todavia, é certo que os pedestres tem que colaborar para um trânsito seguro.”*

Diante de tais considerações, a par das difíceis consequências experimentadas pela Apelante em decorrência do acidente, não pode a empresa requerida ser responsabilizada como pretendido.

Ao contrário, o contexto probatório aponta o fato do acidente não ter ocorrido por responsabilidade do condutor da empresa requerida, mas por culpa da autora, que não observando as necessárias regras de trânsito, acabou por fazer a travessia no corredor exclusivo de

ônibus sem a devida atenção e sem aguardar o momento oportuno para tanto com a abertura do semáforo para pedestres, dando causa ao acidente, que lamentavelmente acabou por lhe acarretar sequelas de natureza grave.

Assim, não é possível imputar culpa ao condutor do veículo da requerida, restando incabível o acolhimento da pretensão indenizatória.

Nesse sentido:

“RESPONSABILIDADE CIVIL  
ATROPELAMENTO CORREDOR DE  
ÔNIBUS CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO  
PÚBLICO VÍTIMA QUE ADENTRA NO  
CORREDOR PRIVATIVO CULPA  
EXCLUSIVA DA VÍTIMA AÇÃO DE  
INDENIZAÇÃO IMPROCEDENTE. Não  
restando demonstrada a culpabilidade do  
condutor do coletivo e caracterizada a culpa  
exclusiva da vítima, de rigor a improcedência  
da ação de indenizatória.” (*in* TJSP, Apelação  
nº 0024940-50.2005.8.26.0100, 35ª Câmara de  
Direito Privado, Relator Des. Clóvis Castelo,  
j. 10/02/14)

“Acidente automobilístico. Morte por ocasião  
de atropelamento por ônibus de empresa  
concessionária de transporte público. Culpa  
exclusiva da vítima revelada, já que, com  
semáforo fechado para pedestres, ela cruzou  
corredor exclusivo de ônibus, situado na  
avenida Nove de Julho, nesta Capital. Recurso  
improvido.” (*in* TJSP, Apelação nº

1.166.324-0/0, 36ª Câmara de Direito Privado,  
Relator Des. Arantes Theodoro, j. 10/07/08)

A legislação processual estabelece que o Autor tem o ônus probatório acerca dos fatos que fundamentam sua pretensão e, nesse contexto, a Apelante não se desincumbiu de comprovar a existência de fato constitutivo do direito invocado.

Dessa forma, ante a falta de provas aptas a comprovar os fatos narrados pela Apelante, por força do disposto no artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, impõe-se a improcedência do pleito.

Ademais, a Apelante não trouxe à colação em suas razões recursais nenhum outro elemento com o fito de demonstrar os fatos alegados na exordial, restando a posição adotada pelo juízo como preponderante elemento de orientação da solução da questão.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso, majorando os honorários sucumbenciais fixados em 10% para 11% do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §11º do Código de Processo Civil, observada a condição suspensiva em razão da gratuidade da Justiça (art. 98, §3º, do CPC).

***LUIZ EURICO***  
**RELATOR**